

Abu Dhabi, Emirados Árabes Unidos, 1º de novembro de 2017

Comunicado do GAC – Abu Dhabi, Emirados Árabes Unidos ¹

I. Introdução

O comitê consultivo para assuntos governamentais (GAC) da Corporação da Internet para atribuição de nomes e números (ICANN) se reuniu em Abu Dhabi, Emirados Árabes Unidos, de 28 de outubro a 3 de novembro de 2017.

Oitenta e cinco membros do GAC e seis observadores participaram da reunião.

O encontro do GAC foi conduzido dentro do ICANN60. Todas as sessões plenárias e de grupos de trabalho do GAC foram realizadas como reuniões abertas.

II. Atividades entre os grupos constituintes e envolvimento da comunidade

Encontro com a Diretoria da ICANN

O GAC se reuniu com a Diretoria da ICANN e conversou sobre os seguintes tópicos:

- Próximas etapas com relação à declaração final da IRP sobre solicitações de .amazon e strings relacionadas.
- Resolução de possíveis conflitos entre os conselhos do GAC e as recomendações finais do PDP da GNSO sobre acesso de OIGs e ONGIs a mecanismos de proteção de direitos de remediação.
- Solução de problemas aparentes com o acesso a dados de WHOIS diante das Normas Gerais de Proteção de Dados.
- Códigos de países de dois caracteres no segundo nível e comunicações entre a organização da ICANN e o GAC.
- A “pausa temporária” solicitada pela Diretoria na Revisão de Segurança, Estabilidade e Resiliência (SSR2).
- Redução de barreiras à participação nos processos da ICANN.

¹ Para acessar conselhos anteriores do GAC sobre estes ou outros assuntos, consulte os últimos comunicados do GAC em: <https://gac.icann.org/contentMigrated/icann59-gac-communique>

Encontro com a Organização de Apoio a Nomes Genéricos (GNSO)

O GAC se reuniu com o conselho da GNSO e conversou sobre:

- O Processo de Desenvolvimento de Políticas (PDP) reunido novamente para lidar com as proteções da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho.
- PDPs atuais e opções para a participação mais efetiva do GAC.
- Implementação das recomendações do Grupo de Consulta GAC-GNSO.
- A nomeação de Julf Helsingius como novo contato da GNSO no GAC.
- A eleição da Dra. Heather Forrest como próxima presidente do Conselho da GNSO.
- Redução de barreiras à participação nos processos da ICANN.

Reunião com a Organização de Apoio para Nomes de Domínio com Código de País (ccNSO)

O GAC se reuniu com a ccNSO e conversou sobre:

- Nomes geográficos como gTLDs.
- Andamento do PDP sobre a retirada de ccTLDs.
- Redução de barreiras à participação nos processos da ICANN.

Encontro com o Comitê Consultivo At-Large (ALAC)

O GAC se reuniu com o ALAC e conversou sobre:

- Nomes de países e territórios como TLDs.
- Solicitações da comunidade
- Preparação de uma declaração conjunta GAC-ALAC para reduzir as barreiras à participação em processos da ICANN.

Encontro com o grupo constituinte de usuários não comerciais (NCUC)

O GAC se reuniu com o NCUC e conversou sobre:

- O trabalho e as visões gerais de políticas do NCUC.
- A jurisdição da ICANN.
- Nomes geográficos.
- Equilíbrio de aplicação da lei e interesses de privacidade.

Encontro com a equipe de iniciativas estratégicas e de participação multissetorial (MSSI) da ICANN

O GAC se reuniu com a equipe de iniciativas estratégicas e de participação multissetorial (MSSI) e conversou sobre as análises específicas e estruturais pendentes, incluindo linhas do tempo, estrutura, seleção da equipe, escopo de trabalho e problemas com análises simultâneas.

Encontro com a equipe de revisão de concorrência, confiança e escolha do consumidor (CCT-RT)

O GAC recebeu informações dos membros da equipe de revisão de concorrência, confiança e escolha do consumidor sobre o trabalho do grupo. Os membros do GAC continuarão acompanhando esse trabalho enquanto a equipe finaliza suas recomendações.

Discussões entre comunidades

Os membros do GAC participaram das sessões entre comunidades relevantes programadas no ICANN60.

Dentro do trabalho para combater o mau uso do DNS, o PSWG realizou uma sessão entre comunidades para conversar sobre o estabelecimento de mecanismos confiáveis, públicos e práticos para denúncias a fim de prevenir e reduzir o mau uso do DNS, além de permitir o desenvolvimento de políticas baseado em evidências. A sessão confirmou a necessidade de publicar dados confiáveis e detalhados sobre mau uso do DNS, como os contidos na ferramenta de geração de relatórios sobre a atividade de abuso de domínios (DAAR). O PSWG vai desenvolver um conjunto de princípios preliminares do GAC em relação a esse assunto.

III. Assuntos internos

1. Eleições do GAC

O GAC elegeu Manal Ismail (Egito) como presidente para completar o mandato de dois anos de Thomas Schneider.

O GAC elegeu como vice-presidentes:

- Guo Feng (China)
- Ghislain de Salins (França)
- Milagros Castañon (Peru)
- Chérif Diallo (Senegal)
- Pär Brumark (Niue)

O GAC expressou agradecimento sincero a Thomas Schneider pelo trabalho como presidente do GAC desde 2014. Sob o comando dele, o GAC melhorou muito os métodos de trabalho e conseguiu resolver uma série de problemas difíceis, incluindo a transição da IANA.

O GAC também expressou agradecimento ao vice-presidente Mark Carvell (Reino Unido), que terminou o mandato, pelos anos de trabalho exemplar e participação no GAC.

2. Grupos de Trabalho do GAC: Novidades informadas ao GAC

[O Grupo de Trabalho de Segurança Pública do GAC \(PSWG\)](#) agradece a Alice Munyua, que abandonou o cargo de copresidente do PSWG, por sua contribuição valiosa para a criação e o desenvolvimento do PSWG.

Em relação ao WHOIS/RDS, o PSWG destacou a importância crítica de manter o acesso de órgãos de segurança pública e outros usuários com propósitos legítimos, incluindo o público geral. O PSWG contribuirá para o desenvolvimento de soluções práticas, em conformidade com as leis aplicáveis, que serão analisadas pelo GAC.

O PSWG vai avaliar e melhorar a eficácia das proteções contra mau uso do DNS, incluindo através de possíveis comentários do GAC sobre as novas seções do relatório preliminar da equipe de Revisão de Concorrência, Confiança e Escolha do Consumidor e de contribuições para o desenvolvimento do cargo de diretor de proteção do consumidor na ICANN.

O PSWG vai continuar desenvolvendo sua futura estratégia e plano de trabalho, além de critérios gerais para a seleção da liderança, para possível aprovação pelo GAC no ICANN61.

[O Grupo de Trabalho do GAC para Examinar a Proteção de Nomes Geográficos em Futuras Expansões de gTLDs](#) fez uma reunião e analisou as maneiras de participar com o GAC da nova “Linha de trabalho 5” sobre nomes geográficos do Grupo de Trabalho do PDP de procedimentos subsequentes de novos gTLDs.

O Grupo de Trabalho decidiu:

Pedir para a liderança do GAC identificar um pequeno grupo de colegas do GAC para participar da Linha de trabalho 5 e organizar o trabalho desse grupo; e continuar seu trabalho conforme estabelecido atualmente, agindo como espaço para analisar o desenvolvimento das atividades da Linha de trabalho 5.

Foi distribuído um resumo das duas sessões abertas sobre nomes geográficos como TLDs organizada pela GNSO durante o encontro ICANN59 em Johannesburgo.

[O Grupo de Trabalho do GAC sobre regiões desfavorecidas \(USR WG\)](#) realizou o 4º workshop regional de capacitação do ano durante o ICANN60.

O WG apresentou a programação dos próximos workshops de capacitação:

1. Nepal, fevereiro de 2018
2. Porto Rico, março de 2018
3. Senegal, abril de 2018

4. Panamá, junho de 2018

O USR WG continua usando uma pesquisa antes dos workshops para identificar as necessidades dos participantes e desenvolver a programação e a abordagem de acordo com a demanda. Além disso, também é realizada uma pesquisa depois dos workshops para avaliá-los, com o objetivo de embasar e melhorar futuras abordagens.

Dentro do trabalho de capacitação e divulgação das equipes de Participação de Governos (GE) e Participação Global de Partes Interessadas (GSE) da ICANN, o USR WG oferecerá suporte em forma de documentos com resumos, contendo detalhes sobre diferentes linhas de trabalho, processos de desenvolvimento de políticas (PDPs), grupos de trabalho entre comunidades (CCWGs) e atividades realizadas na ICANN para ajudar os membros do GAC de regiões menos favorecidas a ter participação e envolvimento efetivos.

Além disso, o USR WG conversou sobre os seguintes documentos, que devem ser aprovados pelo GAC:

1. Estrutura de avaliação da capacitação;
2. Modelos para o planejamento e a geração de relatórios sobre os workshops de capacitação;
3. Perguntas frequentes para a delegação e redelegação de ccTLDs

O USR WG indicou Shelley-Ann Clarke Hinds, de Trinidad e Tobago, como nova copresidente.

O USR WG convocou voluntários para participar ativamente dos processos de desenvolvimento de políticas (PDPs) e das linhas de trabalho do Grupo de Trabalho Entre Comunidades (CCWG) abertas no momento, ou seja:

PDP de procedimentos subsequentes de novos gTLDs, especificamente a linha de trabalho 1, que está tratando sobre o "Apoio a solicitantes de países em desenvolvimento".

- O trabalho da Análise de concorrência, confiança e escolha do consumidor no desenvolvimento de questões de cada país.

CCWG sobre a receita de leilões de novos gTLDs.

Subgrupo sobre diversidade da linha de trabalho 2 do CCWG - Responsabilidade.

O USR WG deu notícias ao GAC sobre o programa de integração, criado para facilitar a orientação dos novatos, dentro de um trabalho geral para reduzir as barreiras à participação.

O USR WG começará a trabalhar com a equipe de apoio do GAC para preparar as respostas do GAC a um questionário fornecido pela organização da ICANN, a fim de ajudar a embasar uma consulta com a comunidade em relação às diretrizes de apoio a viagens da comunidade da ICANN.

[O Grupo de Trabalho do GAC sobre Direitos Humanos e Direito Internacional](#) (HRILWG) recebeu notícias do Subgrupo de Direitos Humanos do Grupo de Trabalho Entre Comunidades sobre Responsabilidade em relação ao avanço do desenvolvimento da Estrutura de Interpretação (Fol), além de considerações em relação ao Valor Fundamental dos Direitos Humanos no Estatuto da ICANN, incluindo referências aos Princípios Básicos da ONU sobre Negócios e Direitos Humanos. Foi realizada uma troca de informações sobre a Fol com a equipe de trabalho entre comunidades sobre a Responsabilidade corporativa e social da ICANN de respeitar os direitos humanos (CCWP-HR). O vice-presidente sênior de estratégia da ICANN também deu informações sobre ações realizadas pela organização da ICANN para implementar a estrutura em suas operações e atividades.

[Grupo de Trabalho do GAC para Examinar a participação do GAC no NomCom](#): A sessão foi cancelada devido a um conflito com a sessão do WT5 sobre nomes geográficos. Antes do ICANN61, será organizada uma teleconferência para analisar os documentos preliminares que estão sendo preparados.

3. Grupo de Trabalho do GAC e da Diretoria para a Implementação de Recomendações (BGRI-WG)

O BGRI-WG se reuniu, adotou uma definição do que constitui uma recomendação do GAC e chegou a um acordo sobre um programa contínuo de trabalho com foco na supervisão da maneira como a ICANN acompanha e implementa as recomendações do GAC.

4. Princípios Operacionais do GAC

O GAC conversou sobre opções para analisar sua estrutura geral de princípios operacionais e fará uma reunião com a equipe da ICANN entre sessões para falar sobre o desenvolvimento de futuras abordagens.

IV. Aprimoramento da Responsabilidade da ICANN

Procedimentos para participação do GAC na Comunidade Empoderada

O GAC concordou em adotar diretrizes para sua participação na [Comunidade Empoderada](#). Essas diretrizes estarão disponíveis no site do GAC e passarão por revisões periódicas.

V. Acompanhamento de recomendações anteriores

O GAC pede que a Diretoria responda por escrito aos problemas observados pelo GAC nesta seção.

1. Solicitação de .amazon e strings relacionadas

O GAC se reuniu com representantes da corporação Amazon e conversou sobre acontecimentos relacionados às solicitações da empresa, especialmente diante da recente Declaração Final do Painel de Revisão Independente. Os representantes do GAC e da Amazon redigiram uma proposta com o objetivo de oferecer uma solução aceita pelas duas partes em relação às objeções mencionadas anteriormente pelos países que fazem parte da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (ACTO). O GAC observou as declarações dos representantes dos países participantes da ACTO de que enviariam essa proposta às autoridades competentes.

O GAC também conversou sobre a solicitação da Diretoria da ICANN, de acordo com as resoluções 2017.10.29.02 e 2017.10.29.03, em que a Diretoria pergunta:

1. Se o GAC tem:
 - i. Informações para fornecer à Diretoria sobre as “justificativas de políticas públicas baseadas em méritos” em relação à recomendação do GAC de que as solicitações da Amazon não deveriam avançar; ou
 - ii. Qualquer outra informação nova ou adicional para fornecer à Diretoria em relação à recomendação de que as solicitações da Amazon não deveriam avançar.
2. Se o GAC tiver tais informações, deve enviá-las à Diretoria até o fim do encontro ICANN61.

Vários membros do GAC manifestaram preocupação em relação a elementos contidos nesta decisão da Diretoria, que pode definir um precedente preocupante em relação a processo e conteúdo. Nesse contexto, o GAC pensará mais sobre como responder à solicitação da Diretoria. No entanto, sem conjecturar sobre como isso deve estar relacionado à solicitação da Diretoria, o GAC concordou que está disposto a fornecer mais informações.

O GAC expressou a necessidade de encontrar uma solução aceita pelas duas partes no caso das solicitações do gTLD .amazon para os países afetados e a corporação Amazon.

Vários membros do GAC expressaram preocupações sérias sobre o processo seguido até agora em relação a essa questão e os méritos das solicitações da empresa Amazon. Uma declaração dos governos do Brasil e do Peru resumindo as preocupações deles em relação a esse assunto será incorporada ao registro do encontro. O GAC chama a atenção de todas as partes para a transcrição final das sessões relevantes em que essas questões foram discutidas, que estará disponível aqui:

<https://schedule.icann.org/event/CbHz/gac-meeting-with-amazoncom>.

2. Códigos de países de dois caracteres no segundo nível

Vários membros do GAC expressaram forte preocupação de que a resposta do CEO da ICANN às declarações anteriores do GAC sobre esse assunto não respondeu às questões específicas levantadas na Seção 5 do Comunicado de Johannesburgo. Essa preocupação foi debatida no encontro do GAC com a Diretoria da ICANN em agosto de 2017. O GAC espera mais dedicação da organização da ICANN para abordar, com mecanismos apropriados e prioridade, as questões relacionadas a esse assunto, além de iniciativas para melhorar a comunicação entre os membros do GAC e a organização da ICANN.

3. Proteção da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho

Depois da adoção de sua recomendação mais recente nos Comunicados de Copenhague e Johannesburgo, o GAC recebeu bem o progresso do Grupo de Trabalho de PDP da GNSO para a Proteção de Identificadores de OIGs e ONGIs em todos os gTLDs, reunido novamente com a tarefa de fazer uma nova análise das recomendações anteriores da GNSO sobre a proteção das designações, dos nomes e identificadores da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, especificamente os nomes das sociedades nacionais da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho.

O GAC observou que os acrônimos do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (ICRC, CICR, MKKK) e da Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho (IFRC, FICR) ficam fora da área de responsabilidade do Grupo de Trabalho da GNSO, e relembrou a recomendação (Comunicado de Durban, 2013) de que esses acrônimos devem se beneficiar dos mesmos mecanismos gratuitos criados para a proteção de acrônimos de OIGs.

VI. Outros assuntos

1. Jurisdição da ICANN.

O GAC observou as informações mais recentes do Subgrupo do CCWG - Responsabilidade sobre Jurisdição e participou ativamente da sessão entre comunidades sobre esse assunto.

O GAC reitera seu apoio ao processo aberto e multissetorial pelo qual as recomendações foram desenvolvidas.

No entanto, vários membros do GAC expressaram grandes preocupações em relação ao relatório preliminar do subgrupo de jurisdição. Esses membros consideram que ele não cumpre os objetivos da Linha de trabalho 2 e que as recomendações dele reduzem

apenas parcialmente os riscos associados à submissão da ICANN à jurisdição dos Estados Unidos, o que torna a adoção do relatório inaceitável.

Outros membros do GAC receberam bem as recomendações sobre jurisdição e destacaram a importância de que o setor tenha opções, incluindo um cardápio para escolher leis e locais de contratos com a ICANN.

Os membros do GAC continuarão participando do desenvolvimento das recomendações relevantes do CCWG - Responsabilidade, inclusive por meio do processo de comentários públicos.

2. PDP de procedimentos subsequentes de novos gTLDs

O GAC se reuniu com os copresidentes e membros do PDP da GNSO sobre procedimentos subsequentes de novos gTLDs e teve uma conversa útil sobre o apoio aos solicitantes e solicitações da comunidade. O GAC e o Grupo de Trabalho de PDP continuarão explorando maneiras de registrar as contribuições do GAC para o trabalho de PDP de forma eficiente.

3. Análise de todos os mecanismos de proteção de direitos

O GAC recebeu informações abrangentes sobre o PDP da GNSO para analisar todos os mecanismos de proteção de direitos (RPMs) em todos os gTLDs e questões relacionadas. Os membros observaram as implicações de políticas públicas desse trabalho e o valor de interagir com os especialistas relevantes, especificamente a WIPO e órgãos de governos nacionais.

4. Próximo Encontro Governamental de Alto Nível: Barcelona

O GAC recebeu informações do governo da Espanha sobre a organização do Encontro Governamental de Alto Nível que será realizado dentro do ICANN 63, em Barcelona, incluindo possíveis tópicos.

VII. Conselho Consensual do GAC à Diretoria

Os seguintes pareceres do GAC à Diretoria obtiveram consenso total, conforme a definição do Estatuto da ICANN.²

² Estatuto s.12.2 (a)(x) Os pareceres do Comitê Consultivo para Assuntos Governamentais sobre questões de políticas

públicas devem ser devidamente levados em consideração, tanto na formulação como na adoção de políticas. Caso a Diretoria decida executar uma ação que não seja consistente com um parecer do comitê consultivo para assuntos governamentais, ela deverá informar o comitê e declarar os motivos pelos quais

1. Proteções a organizações intergovernamentais (OIG)

O GAC recorda um conselho antigo sobre o assunto das proteções de OIGs e está monitorando de perto o PDP atual sobre o acesso de OIGs e ONGIs a mecanismos de proteção e direitos de remediação. O GAC continua disposto a trabalhar com a GNSO para tentar encontrar uma resolução a esse problema aceita pelas duas partes. O GAC também relembra os valores de abertura, transparência e inclusão, representatividade e integridade de processos, que fazem parte do Estatuto da ICANN e dos Procedimentos Operacionais da GNSO.

a. O GAC recomenda que a Diretoria da ICANN:

- i. analise de perto as decisões sobre essa questão para garantir que eles sejam compatíveis com esses valores e reflitam o registro de fatos completo.

JUSTIFICATIVA

Embora a comunidade da ICANN ainda esteja aguardando o relatório final do PDP sobre o acesso de OIGs e ONGIs a mecanismos de proteção e direitos de remediação, as comunicações preliminares indicam que a proposta do Grupo de Trabalho estará em conflito com as recomendações do GAC sobre essa questão, as contribuições do GAC com o PDP e os comentários de mais de 20 OIGs em relação ao relatório preliminar do Grupo de Trabalho. A Diretoria desempenha um papel importante em garantir a aplicação adequada do Estatuto da ICANN e dos Procedimentos Operacionais da GNSO, e o GAC espera que uma proteção básica seja uma análise detalhada das recomendações de políticas da GNSO pela Diretoria, especialmente daquelas que contradizem diretamente as recomendações do GAC.

2. Possibilitando a participação inclusiva, embasada e significativa na ICANN

a. O GAC recomenda que a Diretoria da ICANN instrua a organização da ICANN a:

- i. Desenvolver um sistema simples e eficiente para o gerenciamento de documentos que permita o acesso rápido e fácil, além da identificação de documentos, até mesmo por quem não é especialista. O primeiro passo deve ser a definição dos requisitos mínimos que garantam que todos os documentos tenham um título e uma data ou um número de referência, identifiquem o

decidiu não seguir esse parecer. Qualquer parecer do comitê consultivo para assuntos governamentais aprovado por consenso total de seus membros, entendido como a prática de adotar decisões por concordância geral na ausência de objeções formais (“**Conselho consensual do GAC**”), somente poderá ser rejeitado por uma votação de 60% ou mais da diretoria, e o comitê consultivo para assuntos governamentais e a diretoria tentarão encontrar, de boa-fé e de modo oportuno e eficiente, uma solução mutuamente aceitável. O Comitê Consultivo para Assuntos Governamentais informará se qualquer parecer dado à Diretoria é um conselho consensual.

- autor e indiquem o público-alvo, façam referência ao processo ao que pertencem e expliquem os acrônimos usados; e
- ii. Produzir resumos executivos fáceis de entender, pontos principais e sinopses (usando, por exemplo, infográficos, vídeos e outras formas inovadoras de apresentar informações) para todas as questões, processos e atividades relevantes, de forma que partes interessadas que não sejam especialistas no assunto possam (a) definir rapidamente se uma determinada questão é do interesse delas e (b) em caso afirmativo, participar do processo de política de forma fácil e eficiente, em igualdade de condições com outras partes interessadas.
- Esse processo deve ser realizado ao menos antes de abrir as questões para comentários públicos. Também é necessário usar textos simples em inglês (e, se possível, oferecer traduções em outros idiomas) para que as pessoas que não têm o inglês como idioma nativo possam entender as questões;

JUSTIFICATIVA

Essa recomendação é consistente com uma declaração conjunta desenvolvida pelo GAC e o Comitê Consultivo At-Large (ALAC), que será publicada separadamente.

Um dos valores centrais da ICANN é buscar e apoiar *“uma participação ampla e informada, que reflita a diversidade funcional, geográfica e cultural da Internet, em todos os níveis do desenvolvimento de políticas e da tomada de decisões, para garantir que o processo de desenvolvimento de políticas ascendente e multissetorial seja usado em benefício do interesse público global, seja transparente e mantenha a responsabilidade.”* (Estatuto, Seção 1.2.c.ii)

Na opinião do GAC e do ALAC, além de ser um dos valores centrais da ICANN, isso também é essencial para que a ICANN tenha legitimidade para agir em nome do interesse público global, permitindo que partes interessadas que não sejam especialistas em um assunto participem de forma significativa nos processos da ICANN e comuniquem suas opiniões, necessidades e interesses, que devem ser levados em conta nas ações e nas decisões que de fato sejam de interesse público global. As medidas propostas devem abordar essas questões.

3. GDPR/WHOIS

a. O GAC aconselha a Diretoria da ICANN:

- i. que os Princípios do GAC de 2007 sobre WHOIS (anexos) continuam refletindo as questões importantes de políticas públicas associadas aos serviços de WHOIS. Dessa forma, a ICANN deve levar essas questões em conta para avançar no planejamento da conformidade com as Normas Gerais de

Proteção de Dados (GDPR) da União Europeia. Nesses princípios, o GAC reconheceu que os dados de WHOIS (também conhecido como Serviços de Diretório de Registro) são usados para várias atividades legítimas, por exemplo:

1. Ajudar órgãos de aplicação da lei em investigações e na aplicação de leis nacionais e internacionais, auxiliando no combate do uso abusivo de tecnologias de comunicação da Internet;
2. Ajudar empresas, outras organizações e usuários a combater fraudes, cumprir as leis relevantes e proteger os interesses públicos;
3. Combater violações e mau uso de propriedade intelectual; e
4. Contribuir para a confiança dos usuários na Internet como meio confiável e eficiente de informação e comunicação, ajudando essas pessoas a identificar os indivíduos ou entidades responsáveis por conteúdos e serviços on-line.

Dessa forma,

b. o GAC recomenda à Diretoria da ICANN:

- i. que, durante a consideração sobre como obedecer a GDPR com relação ao WHOIS, se esforce para criar um sistema que continue facilitando as atividades legítimas reconhecidas nos Princípios de 2007, para isso:
 1. Mantendo o acesso fácil ao WHOIS para fins de segurança e estabilidade, para investigações de proteção do consumidor e aplicação da lei, e para trabalhos de prevenção de crimes, por meio de acesso fácil e intuitivo a informações abrangentes, facilitando medidas em tempo hábil.
 2. Mantendo o acesso rápido ao WHOIS pelo público (incluindo empresas e outras organizações) para fins legítimos, incluindo o combate a fraudes e condutas fraudulentas, o combate a violações e mau uso de propriedade intelectual, e a devida diligência para transações e comunicações on-line.

Para promover o interesse público e respondendo ao convite do CEO da ICANN para contribuir com questões relacionadas a recomendações jurídicas sobre a interpretação e aplicação das GDPR,

c. o GAC também recomenda que a Diretoria da ICANN:

- i. peça à consultoria externa encarregada de oferecer orientações sobre questões relacionadas às GDPR informações sobre os seguintes temas:

1. De acordo com a GDPR, quais são as opções para garantir a disponibilidade legal de dados de WHOIS/RDS para atividades de proteção de consumidor e aplicação da lei? Especificamente, existem mudanças em políticas ou na estrutura legal que precisem ser consideradas para preservar ao máximo a funcionalidade do WHOIS para essas e outras finalidades reconhecidas como legítimas? Essa questão inclui tarefas realizadas em nome do interesse público e tarefas realizadas para finalidades legítimas, como evitar fraudes e atividades fraudulentas, investigar e combater o crime, promover e proteger a segurança pública, proteger o consumidor e a segurança cibernética, etc.
2. De acordo com a GDPR, quais são as opções para garantir a disponibilidade legal de dados de WHOIS/RDS para o público, incluindo empresas e outras organizações? Essa questão inclui tarefas realizadas em nome do interesse público e tarefas realizadas para finalidades legítimas, como evitar fraudes e atividades fraudulentas, investigar e combater o crime e a violação de propriedade intelectual, promover e proteger a segurança pública, proteger o consumidor e a segurança cibernética, etc.

Por último,

d. o GAC também aconselha a Diretoria da ICANN que:

- i. é urgente resolver esses problemas, e o GAC deve participar totalmente no design e na implementação de todas as soluções (inclusive as provisórias). Além disso, pedimos que a ICANN pratique a transparência diante da comunidade multissetorial em relação às atividades relacionadas às GDPR.

JUSTIFICATIVA

Esse conselho reflete o ponto de vista dos governos de que a disponibilidade contínua e legal de dados de WHOIS/RDS para atividades de proteção do consumidor, proteção de direitos de propriedade intelectual e aplicação da lei é uma questão pública essencial, e que a ICANN deve se esforçar para explorar todos os mecanismos possíveis sob as GDPR para permitir que esses dados continuem disponíveis para atividades legítimas que protejam o público e promovam um ambiente on-line protegido, seguro e confiável.

4. Solicitações de .amazon e strings relacionadas

a. O GAC recomenda que a Diretoria da ICANN:

- i. continue facilitando as negociações entre os países que fazem parte da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (ACTO) e a corporação Amazon com o objetivo de chegar a uma solução de aceitação mútua que permita o uso de .amazon como nome de domínio de primeiro nível.

JUSTIFICATIVA

O GAC reconhece a necessidade de encontrar uma solução de aceitação mútua para os países afetados e a corporação Amazon para permitir o uso de .amazon como nome de domínio de primeiro nível. O GAC considera que a Diretoria poderia continuar ajudando a conduzir as negociações entre as partes.

VIII. Próximo encontro presencial

O GAC se reunirá no 61º encontro da ICANN em Porto Rico, programado para 10 a 15 de março de 2018.

Anexo ao Comunicado do GAC para o ICANN60

PRINCÍPIOS DO GAC EM RELAÇÃO AOS SERVIÇOS DE WHOIS DE gTLDs

**Apresentados pelo Comitê Consultivo para Assuntos Governamentais
28 de março de 2007**

1.1 A finalidade deste documento é identificar um conjunto de questões gerais de políticas públicas e propor princípios relacionados aos serviços de WHOIS para domínios genéricos de primeiro nível (gTLDs), alinhados às recomendações da Agenda de Tunis da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação, realizada em novembro de 2005.

1.2 O objetivo desses princípios é orientar o trabalho na ICANN e informar a Diretoria da ICANN sobre as opiniões consensuais do GAC em relação às questões de políticas públicas associadas aos serviços de WHOIS.

Aspectos de políticas públicas dos dados de WHOIS

2.1 O GAC reconhece que a função original do serviços de WHOIS de gTLDs é oferecer um serviço de busca para usuários da Internet. Com a evolução da Internet, os dados de WHOIS passaram a ser usados para dar suporte a várias atividades¹ legítimas, por exemplo:

1. Promover a segurança e a estabilidade da Internet, oferecendo pontos de contato para os operadores e administradores de rede, incluindo Provedores de Serviços de Internet e equipes de resposta a incidentes computacionais certificadas;
2. Permitir que os usuários saibam a disponibilidade dos nomes de domínio;
3. Ajudar os órgãos de aplicação da lei em investigações e na aplicação de leis nacionais e internacionais, incluindo, por exemplo, o combate a ações criminosas relacionadas ao terrorismo e o apoio a procedimentos de cooperação internacional. Em alguns países, entidades não governamentais especializadas podem participar desse trabalho;
4. Ajudar no combate ao mau uso de ICTs, como atos ilegais e outros atos motivados por racismo, discriminação racial, xenofobia, intolerância, ódio, violência, bem como todas as formas de abuso infantil, incluindo pedofilia e pornografia infantil, além de tráfico e exploração de seres humanos.

¹ Sujeito às leis nacionais aplicáveis.

5. Facilitar consultas e as etapas subsequentes para a realização de liberação de marcas registradas, além de ajudar a combater a violação de propriedade intelectual, o mau uso e o roubo de acordo com leis nacionais e tratados internacionais aplicáveis;
 6. Contribuir para a confiança dos usuários na Internet como meio confiável e eficiente de informação e comunicação, e também como ferramenta importante para promover a inclusão digital, o comércio eletrônico e outros usos legítimos, ajudando essas pessoas a identificar os indivíduos ou entidades responsáveis por conteúdos e serviços on-line; e
 7. Ajudar empresas, outras organizações e usuários a combater fraudes, cumprir as leis relevantes e proteger os interesses públicos.
- 2.2 O GAC reconhece que também existem questões legítimas sobre:
1. o mau uso de dados de WHOIS; e
 2. Conflitos com leis e normas nacionais, especificamente as leis aplicáveis de privacidade e proteção de dados.

Princípios aplicáveis aos serviços de WHOIS

- 3.1 A definição, a finalidade e a operação de serviços de WHOIS de gTLDs deve refletir e respeitar os diferentes interesses e questões definidos na Seção 2, acima.
- 3.2. Os serviços de WHOIS de gTLDs devem cumprir com as leis e normas nacionais aplicáveis.
- 3.3 Os serviços de WHOIS de gTLDs devem oferecer dados suficientes e precisos sobre registros e registrantes de nomes de domínio, sujeito às proteções nacionais da privacidade dos indivíduos, de uma forma que:
1. Apoie a estabilidade, a confiabilidade, a segurança e a interoperabilidade global da Internet sob o ponto de vista técnico e de confiança pública; e
 2. Facilite o acesso contínuo, global e ágil.
- 3.4 A colaboração contínua entre todas as partes interessadas relevantes que sejam usuárias, afetadas ou responsáveis por manter os dados e serviços de WHOIS é essencial para a implementação efetiva desses princípios.

Recomendações de ação

4.1 Em consistência com os princípios acima, as partes interessadas devem trabalhar para melhorar a precisão dos dados de WHOIS, especificamente para reduzir a incidência de dados de WHOIS deliberadamente falsos.

4.2 A comunidade da ICANN, trabalhando com outras partes interessadas, deve reunir informações sobre registros e registrantes de nomes de domínio de gTLDs e como os dados de WHOIS são usados, de forma adequada ou não. Essas informações devem ser publicadas e usadas para embasar futuras discussões sobre o assunto.